



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA**

ATA NA ÍNTegra DA 127^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG
Data: 27 de abril de 2016 às 09h00min

Aos 27 (vinte e sete dias) dias do mês de abril do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 127^a (centésima vigésima sétima) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Ricardo Rodrigues de Carvalho, 1º (primeiro) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Júnior, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Danilo Porto Campos, Titular da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Major André Márcio Alves Rodrigues, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Alam Baena Bertolla dos Santos, 1º (primeiro) Suplente da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA); Sr. José Antônio Leandro, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sr. Marcelo Gouveia Guimarães, 1º Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos e Sr. Thiago Alves do Nascimento, Titular e 1º Suplente, respectivamente, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Gervânio Luiz Pereira, 2º Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, 2º Suplente da ONG Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Felipe Moraes Russo, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ) e Sra. Glauçimara Soares da Silva Vieira, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). **RICARDO (PRESIDENTE):** Vamos dar inicio então à nossa reunião. É um prazer mais uma vez estar aqui em Uberlândia. Então vamos dar inicio à pauta da 127^a (centésima vigésima sétima) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede Regional do SISEMA, Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia-MG, no dia 27 de abril de 2016, às 09 horas. Eu vou convidar a todos para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.** **2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr.**



50 **Nalton Sebastião Moreira da Cruz.** Com isso eu declaro aberta a reunião da pauta da 127^a
51 em nome Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz, Secretário de Estado Adjunto de Meio
52 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto
53 Paranaíba. Antes de passarmos ao item 3 Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais, eu
54 vou abrir a palavra ao Superintendente Regional, Dr. Franco, pois não. FRANCO
55 (SUPRAM): Bom dia a todos; senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras presentes. Eu,
56 com muita tranquilidade peço uso da palavra, Ricardo, para externar uma situação que tomei
57 conhecimento agora pela manhã, do afastamento da nossa colega da SUPRAM Leste, por uma
58 ação ajuizada pelo Ministério Público. Naturalmente, eu não quero aqui fazer a defesa, se ela
59 é culpada ou não, isso cabe à justiça, mas eu quero de qualquer forma externar, não só a ela,
60 mas a todos os meus colegas Superintendentes, a quem já foi Superintendente, eu tenho pelo
61 menos dois aqui presentes, temos o Ricardo de Unaí. Para externar o que é a vida de um
62 Superintendente, a pressão que nós aguentamos, que nós suportamos diariamente dos
63 empreendedores, isso é fato, todo mundo conhece, sabe disso, a escassez de recursos que nós
64 temos. Não é fácil, ou seja, você tem de um lado a escassez, você não tem dinheiro para nada.
65 Tem falta de servidor, falta de estrutura. De um lado o empreendedor querendo uma resposta
66 do Estado, você tem a sociedade civil, naturalmente e legitimamente, exigindo que essa
67 resposta seja qualificada porque afinal nós temos que preservar o nosso bem maior, que é o
68 Meio Ambiente. Mas, só quem está nesse cargo sabe o que é estar nesse cargo. Nós temos que
69 lidar com as demandas dos servidores que também são legítimas. Então, é um conjunção de
70 fatores que recaem nas costas dos Superintendentes, as demandas, também legítimas, do
71 Ministério Público, que são dezenas por dia, não é por mês; são dezenas por dia; basta
72 analisar que a SUPRAM Triângulo atende 67 Municípios. Então, nós recebemos demandas de
73 inúmeros órgãos do Ministério Público; o Ministério Público Estadual e o Ministério Público
74 Federal. Então, eu quero, não efetivamente me solidarizar com a Maria Helena, porque
75 honestamente não sei qual é o contexto do processo, mas quero aqui registrar em meu nome,
76 em nome de meus colegas Superintendentes que isso precisa ser revisto, a nossa condição
77 precisa ser revista e eu sempre falo, por um salário, que eu faço questão de externar aqui
78 também, vergonhoso, totalmente e absurdamente incompatível com a função. Alguém me
79 perguntou um dia, conversando, quanto ganho um Superintendente, alguém falou ah uns 15
80 mil reais, eu falei como? Nós trabalhamos, eu, o Dr. Ricardo, que também assim como eu
81 largou o escritório dele e assim outros colegas trabalhamos por R\$ 3.500,00 por mês. Então,
82 me causa assim, eu estou consternado, estou preocupado porque toda hora nós temos que lidar
83 com situações difíceis. Recentemente, o Banco do Brasil tomou uma medida, talvez até legal,
84 de exigir uma série de documentos dos empreendedores, dos produtores rurais e não
85 organizou isso com a SEMAD. Qual a consequência disso? Os senhores e as senhoras viram
86 aqui hoje embaixo, metade daquele pessoal que estava aqui embaixo veio atrás de
87 regularização em função de atender as demandas do Banco do Brasil principalmente, porque
88 precisa naturalmente fazer o seu custeio. Então, a situação é crítica, viu Secretário; eu quero
89 aqui externar, eu repito, eu não sei qual é a situação da Maria Helena, mas nós
90 Superintendentes somos obrigados diariamente assinar Termos de Ajustamento de Conduta,
91 que são vários por dia, ainda mais agora com o regramento, obrigados a assinar Licenças
92 Classe 3 e Classe 4 sozinhos, sem mais a participação dos senhores e das senhoras. Então, é
93 um cargo de extrema responsabilidade, nós não temos, infelizmente, o aparato que nós
94 precisamos, não quero fazer aqui discussão política, longe disso; mas é de conhecimento
95 público e notório que a SEMAD, pelo menos ao longo dos últimos 10 anos vem sendo
96 deteriorada. Ai vocês perguntam, como que pode um órgão, a SUPRAM que arrecada
97 aproximadamente um milhão de reais por mês, essa SUPRAM aqui não ter recursos? Então,
98 estou consternado com essa situação, faço questão de ressaltar isso aqui e deixar isso gravado



99 em Ata, porque é muito triste ver a colega Maria Helena, repito, culpada ou não, não sei, não
100 cabe a mim dizer, mas é muito triste essa situação, porque é uma situação que eu corro risco,
101 Dr. Ricardo corre risco, todos os meus colegas, porque a nossa responsabilidade é muito
102 grande, por mais que a gente tente fazer tudo com muito esmero e cuidado, a pressão é muito
103 grande. Obrigado a todos e bom dia. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Franco. Eu só
104 vou dizer, sem maiores delongas, que eu concordo inteiramente com a sua colocação e só
105 fazer uma correção, o salário não é R\$ 3.500,00, o salário é R\$ 2.520,00 e tem uma
106 gratificação de R\$ 800,00; com um vale alimentação de R\$ 300,00 que a partir de agora, do
107 dia 1º de Maio não será mais pago, parece que serão R\$ 15,00 por dia trabalhado, com ajuda
108 de alimentação. Então, de fato é vergonhoso, mas vamos em frente. Vou passar ao item
109 Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais. Antes de abrir a palavra aos nobres
110 Conselheiros, tem um pedido de inscrição da Coordenadora do Parque do Pau Furado, para
111 fazer uma manifestação. Sra. Mariane Mendes. Não está presente? EDYLENE (CHEFE
112 REGIONAL IEF TRIÂNGULO): Bom dia a todos. Em nome da Mariane, eu gostaria de
113 convidar a todos os Conselheiros para conhecerem o Edital do Conselho Consultivo do
114 Parque Estadual do Pau Furado que está aberto, para quem tiver interesse em se candidatar,
115 para fazer parte do Conselho do Parque Estadual do Pau Furado. RICARDO (PRESIDENTE):
116 Muito obrigado. Vamos então, ao item **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais**.
117 A palavra está aberta. Pois não, Antônio. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Isso ai que o Dr.
118 Franco falou aqui, a sociedade civil já vem cobrando isso há um tempo. Foi sucateada a
119 SEMAD, apesar de arrecadar o que arrecada hoje. Eu falei em outras reuniões e a SEMAD
120 deixa a desejar. Não tem funcionário, tem a questão de salário, o Franco falou ai; isso é duro
121 da gente escutar isso, e com as responsabilidades. E mais, Franco, essas licenças que vão 03 e
122 04 ai, o que vai acontecer? Como não tem participação da sociedade mais, as associações vão
123 entrar contra você, contra os demais Superintendentes, com ação civil pública, para ajudar ao
124 Ministério Público também, porque ai já não tem a nossa participação, nós temos que recorrer
125 a isso. Entendo, infelizmente, vi hoje de manhã ali o tanto de gente que tem ali, não tem como
126 atender esse pessoal e muito menos de emitir as outorgas ou licenças para eles. Infelizmente
127 está aqui o protesto, eu como representante da sociedade civil, é com relação não só ao
128 Governo do Estado, mas à própria União também, estão fazendo todo um retrocesso na área
129 ambiental. Infelizmente. FREI RODRIGO (AMEDI): Também gostaria de fazer minhas
130 palavras as palavras do Antônio Geraldo e sublinha que nós estamos vivendo um processo
131 muito complexo em relação à questão ambiental, uma vez que a cada dia nós presenciamos
132 uma maior flexibilização na questão dos processos. Dr. Franco colocou de uma forma
133 bastante apropriada, nós temos no caso de Minas Gerais, o acordo firmado entre o Estado de
134 Minas, o Estado do Espírito Santo, Governo Federal, que é vergonhoso, que faz com que o
135 criminoso tenha total domínio sobre as vítimas, criando uma Fundação que de fato vai gerir e
136 quando você olha que Fundação é essa são os mesmos que perpetraram o crime. Então, eu
137 acredito que nós temos que tomar enquanto sociedade civil cada vez mais uma postura forte.
138 E eu gostaria também de fazer uma solicitação, que nós nos ativéssemos ao Calendário de
139 reuniões do COPAM. Está se tornando ordinário aquilo que é extraordinário e isso dificulta
140 muito para nós, pelo menos para mim que sou Conselheiro, a gente tenta preservar no
141 calendário nosso, na agenda as datas e a gente sabe como que é difícil para fazer o
142 acompanhamento do processo quando a gente faz vista e etc. Então, traz um transtorno muito
143 grande, porque a gente não tem estrutura nenhuma para fazer isso. Então, eu gostaria de fazer
144 essa solicitação também. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Rodrigo. Vamos
145 ao item **4. Exame da Ata da 126ª RO de 31/03/2016**. Em relação a essa Ata a gente precisa
146 fazer uma correção. Às linhas 64 e 65 da Ata onde se lê “Audiência Pública Projeto de Mina
147 Potássia da Verde Fertilizantes, que será realizado dia 20 de abril de 2016 às 18 horas e 30



148 minutos ”, leia-se “Audiência Pública Projeto de Mina Potássia da Verde Fertilizantes, que
149 será realizado dia 28 de abril de 2016 às 18 horas e 30 minutos”. Então, apenas essa
150 correção com relação à data da Audiência Pública Projeto de Mina Potássia da Verde
151 Fertilizantes. Aos que concordam com a Ata da 126^a RO permaneçam como estão. Pois não
152 Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Abstenção, por não estar na última reunião, devido a
153 essas mudanças de data. RICARDO (PRESIDENTE): Registrado então a abstenção do Frei
154 Rodrigo. A Ata da 126^a RO encontra-se aprovada. Item **5. Processo Administrativo para**
155 **exame de Licença de Instalação Corretiva:** Item 5.1 Vale Fertilizantes S.A. - Lavra a céu
156 aberto com tratamento a úmido minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas
157 ornamentais e de revestimento - Patrocínio/MG - PA/Nº 17414/2007/007/2015 DNPM
158 804.380/1969 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE VISTAS** pelos
159 **Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG, Márcio Adriano**
160 **Bocchio representante da FEDERAMINAS e Antônio Geraldo de Oliveira**
161 **representante da ONG ANGÁ.** Item **6. Processo Administrativo para exame da Licença**
162 **Prévia concomitante com a Licença de Instalação - “Ampliação”:** 6.1 Usina Cerradão
163 Ltda. - Destilação de álcool, fabricação de açúcar, produção de energia termoelétrica -
164 Frutal/MG - PA/Nº 10203/2006/013/2015 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. ALAM
165 (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Como eu havia
166 falado com o Presidente da mesa a respeito. RICARDO (PRESIDENTE): Sim. A gente vai
167 fazer a leitura da pauta integralmente e depois a gente vai fazer a inversão na votação do Item
168 6.1 com o Item 7.2. A gente vai votar primeiro, quando da votação, o item 7.2. JOSÉ
169 ROBERTO (SUPRAM): Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. FELIPE RUSSO
170 (CEFET): Perdão, eu queria intervir para pedir Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Eu
171 vou pedir aos Conselheiros que façam o destaque no momento adequado, para não ter nenhum
172 problema com o regimento. Vamos ao Item **7. Processos Administrativos para exame de**
173 **Revalidação da Licença de Operação:** 7.1 Usina de Laticínios Jussara S.A. - Preparação de
174 leite e fabricação de produtos de laticínios - Araxá/MG - PA/Nº 22342/2008/002/2014 -
175 Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque.
176 GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.2 Usina
177 Cerradão Ltda. - Compostagem de resíduos industriais; destilação de álcool; fabricação de
178 açúcar; linha de transmissão de energia elétrica; posto de combustível; produção de energia
179 termoelétrica; repontização de geração de bioeletricidade sucroenergética; subestação de
180 energia elétrica; viveiro de produção de mudas - Frutal/MG - PA/Nº 10203/2006/009/2015 -
181 Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque e
182 estou pedindo em função da ordem de votação. Eu pediria no primeiro e estou pedindo nesse
183 também. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.3 Distribuidora de Combustíveis Masut Ltda. -
184 Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de
185 petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº
186 00133/1988/005/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE
187 JUSTIÇA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.4 Icatril - Indústria de Café do
188 Triângulo Ltda. - Torrefação e moagem de grãos - Uberlândia/MG - PA/Nº
189 0056/1987/006/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item 7.4 temos um
190 destaque da SUPRAM. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. RICARDO
191 (PRESIDENTE): Item **8. Processo Administrativo para exame de Adendo à Revalidação**
192 **da Licença de Operação:** 8.1 Vale Fertilizantes S.A. - Exploração e beneficiamento de
193 minério de fosfato, mineroduto e unidade de ultrafinos e barragem de contenção de
194 rejeitos/resíduos - Tapira - PA/Nº 0001/1988/013/2007 DNPM 930.785/1988 - Classe 6.
195 Apresentação: Supram TMAP. FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. ANTÔNIO
196 GERALDO (ANGÁ): Destaque. FELIPE RUSSO (CEFET): Destaque. RICARDO



197 (PRESIDENTE): Item 9. **Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo**
198 **de Validade da Licença de Instalação Corretiva:** 9.1 Vale Fertilizantes S/A - Postos
199 revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes
200 de combustíveis - Araxá/MG - PA/Nº 02826/2001/004/2013 - Classe 5. Apresentação:
201 Supram TMAP. Voltando aos processos, só para fazer a votação do único processo que nós
202 não tivemos destaque na pauta, é o Item 9.1. Aos que concordam com o Parecer da SUPRAM
203 permaneçam como estão. Item aprovado. Então, fica aprovado o item 9.1 da pauta. Voltamos
204 agora à sequência da pauta, fazendo o destaque em cada item. No item 5.1 Vale Fertilizantes
205 S/A, é um processo de RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Thiago Alves do
206 Nascimento representante da FIEMG, Márcio Adriano Bocchio representante da
207 FEDERAMINAS e Antônio Geraldo de Oliveira representante da ONG ANGÁ, eu vou abrir
208 a palavra aos Conselheiros, para que seja colocada o posicionamento em relação à vista.
209 **ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ):** Bom, eu acho que é de conhecimento, eu mandei o nosso
210 parecer. Eu gostaria de ir na conclusão, item 1 e 2 aqui; acho que isso é uma criação de
211 RPPN, tem que ser uma vontade da empresa, mas que a gente gostaria, nós da Sociedade civil
212 gostaríamos que essas Reservas Legais fossem transformadas em RPPN. Mesmo porque isso
213 é para benefício do Município, tem ICMS Ecológico, isso traz algum benefício para o
214 Município. Com relação a duas atividades; uma delas estava previsto na LI anterior, que é a
215 questão do posto de combustível que era Classe 1 e agora é Classe 5 e mais o aterro para
216 resíduos não perigosos e a retificação de curso d'água que não estava presente na LI anterior.
217 Então, a gente queria saber da SUPRAM com relação a essa compensação ambiental. A gente
218 viu que na anterior, a LI, foi compensado, mas não existia essas atividades aqui de Classe 5.
219 Então, a gente acha que deve sim fazer aquela Condicionante que a gente tem costume de
220 colocar aqui com relação a isso. Bom, outra que a gente viu no relatório é a questão das
221 relocações de famílias lá. Está proposto com relação à mudança de Igreja, Centro
222 Comunitário, para outros locais aonde vão as famílias, mas lá cita somente a anfitriã, que vai
223 09 famílias, a questão do Morro Alto que é vizinho, mas a mais impactada é a Comunidade de
224 Lagoa Seca que vão 26 famílias. A estrutura lá está no limite, não sei se caberia uma
225 Condicionante, mas que seja negociado com o Conselho Comunitário Lagoa Seca e o
226 Conselho Comunitário da Pastoral, porque às vezes chega lá já pronto e fala só faz isso aqui;
227 isso preocupa um pouco. Eu tenho outras dúvidas aqui, não sei se seria de colocar como
228 Condicionante. A questão da ferrovia, que joga tudo para cima da União, do IBAMA, mas
229 nos preocupa essa questão do desdobro desses licenciamentos, teria que ter até o final. Araxá
230 tem licença, mas não tem a ferrovia, qual seria o impacto lá? Isso não traz no processo. Então,
231 nós da Sociedade civil preocupamos com o dano sócio ambiental, em 03 Distritos e 02
232 Cidades; Salitre, São Benedito, Catiara, Ibiá e a própria Araxá. A gente sabe que esse
233 movimento vai aumentar muito. Eu acho que deveria ter pelo menos uma Condicionante
234 referente à regularização dessa estrada. Segundo o Sebastião, Gerente do IBAMA, esse trecho
235 tem 06 ou 07 autuações de descarrilamentos de combustível, de grãos, todos do lado do Rio
236 Salitre, São João. Então, nos preocupa com relação a isso. Com relação ao impacto em
237 Patrocínio diminuiu muito porque não tem a Barragem, a gente acha que isso é até um ganho,
238 apesar da gente pensar que pode ser um desdobra também, porque está deslocando as famílias
239 de onde estava previsto a Barragem, a gente não sabe amanhã, podem dar entrada nesse
240 processo de Barragem de Rejeitos. Nos preocupa também a questão de outro dano, que eu não
241 tenho certeza, se sai da Barragem de Araxá, que é a questão da Represa de Nova Ponte, que
242 está enchendo de aguapé e vai chegar um ponto ai que nem navegar na parte da Represa de
243 Nova Ponte vai ter condições. Segundo o pessoal, essas Barragens de Rejeitos de Araxá,
244 despejam no Capivara e é justamente de onde está saindo essas algas. Inclusive, no dia da
245 Audiência Pública a gente denunciou isso lá para o Dr. Breno, para dar uma olhada nessa



246 questão. Talvez esses monitoramentos que estão fazendo nessas Barragens não estão sendo a
247 realidade. Então, eu vou deixar aqui essa questão porque a gente entende que está tendo um
248 desdobro de licenciamento. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Antônio. Antes de voltar
249 e fazer as considerações a respeito das colocações do Antônio, eu vou abrir a palavra ao
250 Thiago, representante da FIEMG, pois não Thiago. THIAGO (FIEMG): Bom dia,
251 Conselheiros. Bom dia, Sr. Presidente, empreendedores, técnicos. Bom, o nosso Parecer de
252 vista retorna em conjunto com a FEDERAMINAS, até por questões de celeridade processual,
253 em razão do processo ter 10 pastas. Então, foi um consenso entre nós e examinado o processo
254 nós examinamos um histórico do licenciamento que nós colocamos aqui no Parecer e
255 entendemos que as Condicionantes propostas pelo Parecer da equipe técnica da SUPRAM
256 atendem ao licenciamento. Então, nós somos favoráveis ao Deferimento da Licença e vamos
257 acompanhar o relatório técnico da SUPRAM. Só para que a gente possa constar, algumas
258 dessas dúvidas que o Conselheiro levantou, ele poderia ter sanada se ele tivesse participado de
259 todas as reuniões que foram oferecidas ao Conselheiros aqui da mesa. Novamente, é uma
260 pena. Mas, nós vamos deixar a equipe técnica da SUPRAM e o empreendedor também deve
261 estar para se manifestar e tirar as dúvidas dele. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE):
262 Obrigado, Thiago. Eu vou abrir a palavra para um destaque feito pelo CEFET, pois não.
263 FELIPE (CEFET): Bom dia, em primeiro lugar eu queria pedir desculpas pela inexperiência.
264 Perdão, me confundi, eu achei que lesse a pauta toda e depois pedia destaque, prometo que na
265 próxima reunião isso não vai acontecer. Mas, a parte que eu queria colocar do destaque é que
266 após ler o documento, não tem sombra de dúvida sobre os impactos gerados para Patos, a
267 gente tem um ganho muito grande e do ponto de vista ambiental, do somatório dos elementos,
268 a partir do momento que a gente passa a utilizar uma área já degradada aqui de Araxá, a gente
269 tem um fator que colabora para a gente aprovar. Eu acho que no ponto de vista técnico, seria
270 insensatez aqui, de nós Conselheiros, reprovarmos uma coisa que está gerando impacto
271 ambiental muito menor. Mas, colaborando também com o que o Sr. Antônio falou e li no
272 documento, num parágrafo específico, na página 16, tem um relato lá que fala que “*alguns*
273 *pontos de água da região apresentaram-se impróprias para consumo humano, dessedentação*
274 *animal, irrigação e recreação*”. Isso do ponto de vista local não tem problema nenhum, é o
275 que a gente chama de background, é a natureza da água, é a geologia que faz, então, são os
276 elementos que fazem para não ter impacto, mas a partir do momento que a gente pega esse
277 minério e leva para Araxá, isso preocupa. Preocupa pelo seguinte motivo, a gente tem a
278 umidade que fica retida no material e é um volume de água considerável, de 15 a 20%
279 dependendo da eficiência do rebaixamento da mina. Isso daí, de forma indireta gera um
280 transporte de água para o local, que a grosso modo, pelo volume gerado que é de 7 milhões de
281 toneladas, é em torno de 1 milhão de toneladas de água ou em equivalência de litros, 1 bilhão
282 de litros de água contida dentro do solo. A partir do momento que você pega esse material e
283 coloca no beneficiamento, essa água se dilui e eles passam a participar dos efluentes do
284 Capivara. E a pergunta minha, que eu queria colocar, é como Condicionante é a garantia de
285 que o background local de Araxá seja respeitado, a gente não limita efluentes que sejam fora
286 do padrão para o local. Essa é a minha colocação, foi por isso que eu pedi para poder discutir
287 aqui com vocês e queria ver o posicionamento da contraparte sobre esse argumento.
288 RICARDO (PRESIDENTE): Bom, feitas as colocações, eu vou abrir a palavra para alguma
289 outra manifestação da equipe técnica da SUPRAM para esclarecer as questões colocadas pelo
290 Antônio e pelo Conselheiro da CEFET. E se tiver algum representante do empreendedor que
291 queira fazer uso da palavra para esclarecimentos das questões, vai ser bem-vindo. Na
292 sequência eu vou abrir a palavra ao senhor, pois não. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): O gestor
293 do processo é o Amilton, depois ele vai complementar as perguntas. Com relação ao Felipe
294 Russo e ao Antônio Geraldo, as dúvidas, é o seguinte, no Córrego ocorre o monitoramento,



295 não seria o Background, porque muito é lançado de esgoto. Então, muito o que causa em
296 Nova Ponte é o lançamento irregular de esgoto de Municípios, dentre eles o de Patos de
297 Minas, que agora está com 30% de tratamento e vai direto lá para Nova Ponte, certo? A
298 Estação de Patrocínio foi a autuada várias vezes, está operando a 50% só de tratamento.
299 Então, a gente vai ver os monitoramentos, foi bem colocado como o Conselheiro falou, mas ai
300 no caso é o monitoramento da Vale de Araxá, mas no caso a gente revê realmente os
301 conceitos dos Municípios, que é o fósforo lançado nos tratamentos; os Municípios que não
302 tem o tratamento ainda, um dos poucos, Patrocínio tem, mas não está funcionando a contento
303 e Patos de Minas está com capacidade bem abaixo do que o licenciamento deles que é de
304 100% de tratamento. Então, o fósforo está indo direto e isso está impactando. FELIPE
305 RUSSO (CEFET): Concordo plenamente com o que você falou, com as colocações. A gente
306 não pode culpar a mineradora de tudo, porque na verdade eu acho que a verdadeira causa do
307 evento colocado pelo Sr. Antônio provavelmente seja os efluentes, mas ao mesmo tempo a
308 minha preocupação com a mudança da qualidade do efluente dentro do Córrego Capivara. E
309 pelo processo, a recirculação de água é obrigatória, faz parte do processo, quando a gente
310 entra nesse período de seca tem uma tendência de concentrar esses elementos, que para a
311 região de Patrocínio estão de acordo, mas para a região de Araxá me preocupa. Então, a
312 Condicionante que eu queria colocar é o controle de água na saída do sistema de águas das
313 Barragens da Vale Fertilizantes, para garantir o background do local, ou seja, o background da
314 mina, ou seja, respeitando a qualidade da água do local que sai à jusante, para a gente ter
315 certeza que a gente não vai ser afetado pela qualidade da água de Patrocínio que vai ser
316 lançada no efluente, só isso. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ: Sr. Presidente, ele falou
317 efluente de Patos de Minas; Patos de Minas está lá no Paranaíba, então não tem nada a ver
318 com a Nova Ponte aqui e além disso, todos esses águas-pés que estão em grande quantidade é
319 bem à montante do lançamento de Patrocínio, bem à montante de talvez, Perdizes, eu não sei
320 se também Perdizes é para esse lado. Então, está bem à montante, pode ser que seja de Araxá,
321 eu não conheço. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Inclusive no passado foi assistido o
322 zoneamento que foi feito pela ANA (Agência Nacional das Águas), da represa de Nova Ponte,
323 por isso que eu estou comentando. Há um estudo já de onde é feito e de onde é o problema do
324 esgoto. Foi detectado que não podia ser tanque rede lá justamente pelo lançamento do esgoto
325 de Patrocínio, certo? Agora, se o senhor está falando a gente tem até que rever o ato da ANA,
326 porque foi um zoneamento que ela fez para os tanques redes e foi citado no documento deles
327 o nome dos Municípios. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Pode ser que seja esse de
328 Patrocínio, preocupa a parte alta e o esgoto de Patrocínio, acredito que esse efluente não vai
329 lá, porque são muitos quilômetros.AMILTON (SUPRAM): Eu vou tentar responder, foram
330 muitos questionamentos. Com relação a RPPN, eu gostaria que a empresa se manifestasse,
331 nós entendemos que o Parecer do jeito que foi elaborado atende. Então, a RPPN é uma
332 Reserva Particular de Patrimônio Natural, a iniciativa acho que é melhor discutir com o
333 empreendedor. Em relação às atividades, o escopo, o processo, foi reduzido
334 significativamente, a Área Diretamente Afetada (ADA) inicialmente era de mais de mil
335 hectares e a ADA hoje é de 558,000 hectares. Então, algumas estruturas que eram Classe 6,
336 com alto potencial poluidor, como por exemplo, a Barragem de Rejeito, ela não vai mais
337 existir no processo. quando a empresa apresentou a compensação prevista na Lei Federal de
338 Unidades de Conservação, onde recolheu mais de dois milhões e setecentos mil reais junto ao
339 Estado, ela fez a compensação considerando o projeto como um todo. Inclusive, estruturas
340 que não mais vão existir no projeto, como por exemplo, a Barragem de Rejeito, a Unidade de
341 Tratamento de Minerais, então, eu acho que compensaria uma coisa pela outra, você tem 02
342 atividades hoje e já teve outras atividades que já compensaram e não vai mais existir. Com
343 relação ao licenciamento de Ferrovias e Rodovias Federais, a competência para esse tipo de



344 licenciamento é do órgão federal, do IBAMA, de acordo com o Decreto Federal nº
345 8437/2015. Então, eu acho que, eu não sei como é o licenciamento ambiental do IBAMA, mas
346 se tiver espaço para a Sociedade Civil participar é o momento de ir no IBAMA quando
347 solicitar e discutir isso lá. Nós, no Estado, no passado, nós licenciávamos este tipo de
348 empreendimento e a partir de 2015 com este Decreto Federal, as Rodovias Federais, as
349 Ferrovias, não são mais de competência do Estado, passando para o IBAMA. O material que
350 vai ser retirado em Patrocínio vai ser transportado e vai ser beneficiado lá no complexo
351 mineral de Araxá. O processo lá tem um licenciamento ambiental com validade até
352 10/05/2018. Lógico que ele tem que explorar e beneficiar isso dentro da capacidade que está
353 licenciada, então, nós não vemos problema nisso desde que ele opere dentro do que está
354 licenciado, estabelecido na licença dele anterior. Agora, com a colocação do, eu esqueci o
355 nome, do Felipe; aquelas alterações foram apresentadas no EIA, como você falou e o próprio
356 estudo tem interferência geológica local e de atividade antrópicas que ocorrem na área. Então,
357 eu acho que é muito interessante fazer esse levantamento prévio para ver a partir daquele
358 momento, da entrada de um novo empreendimento, você saber e fazer um monitoramento de
359 possíveis alterações que possam ocorrer ali durante a instalação e operação desse
360 empreendimento. Agora, com relação aos demais questionamentos, a colega aqui olhou, se
361 refere a questões dos programas sociais, mas especificamente seria interessante que vocês
362 chamassem a empresa e discutissem com eles qualquer alterações possíveis. No meu
363 entendimento o Parecer da forma como está é o nosso Parecer. FELIPE RUSSO (CEFET): Eu
364 acho que o Parecer, é aquilo que eu tinha comentado, para o local ele está impecável, é
365 indiscutível, visto ser o trabalho em background, eu concordo, tem que ser feito mesmo
366 porque no futuro a empresa pode estar questionando se está causando danos ou não, a gente
367 tira esse questionamento. Mas, a partir desse momento que a gente faz a transposição desse
368 material para outra cidade, naquele afã como diminui muito o impacto, a coisa ficou com um
369 problema muito menor que parecia, eu acho que a gente passou despercebido esse transporte
370 indireto de água para outra Bacia, o que indiretamente é uma transposição e isso preocupa
371 porque em alguns pontos tem água imprópria para utilização e a gente não pode permitir que
372 isso aconteça em outra cidade que não tem nada a ver com a história. RICARDO
373 (PRESIDENTE): Ok. Felipe. Mais alguma manifestação da SUPRAM? NAYARA
374 (SUPRAM): Em relação ao questionamento, no que se refere à realocação das famílias para a
375 Comunidade de Santo Antônio da Lagoa Seca, a gente quer lembrar que houve uma
376 reestruturação no programa inicial que essas famílias seriam realocadas e para quais
377 comunidades, contemplando aqui a Fazenda 02 Irmãos, que seria a área anfitriã e
378 principalmente a Comunidade que não seria inicialmente a Comunidade de Lagoa Seca,
379 levando em consideração até que algumas famílias agora nesse momento nem serão mais
380 realocadas. No momento da escrita do Parecer algumas famílias ainda não tinham a sua
381 situação definida, mas já havia um indicativo de que esta Comunidade de Santo Antônio da
382 Lagoa Seca viria a receber mais famílias do que havia sido previsto inicialmente. Lembrando
383 até que este foi um fato colocado na própria Audiência Pública lá em Patrocínio pelo
384 representante do Centro Comunitário de Santo Antônio da Lagoa Seca. Como havia a
385 previsão da construção da Igreja e do Centro Comunitário inicialmente somente na
386 Comunidade de Morro Alto, a equipe achou que para contemplar essa nova Comunidade que
387 seria alvo também dessa realocação, nós incluímos a Condicionante nº 17, que se os
388 Conselheiros fizerem a leitura, principalmente no 2º item que é: “Apresentar o relatório final
389 conclusivo das ações realizadas no âmbito de aquisição assistida”, principalmente a letra C;
390 seria “a viabilidade socioeconômica das unidades domésticas de consumo e produção e
391 estruturas sociais das famílias da Comunidade de Morro Alto e Santo Antônio da Lagoa
392 Seca”. Justamente porque essas características ainda não haviam sido constadas no estudo,



393 como havia essa possibilidade de que novas famílias seriam realocadas nessa Comunidade de
394 Santo Antônio da Lagoa Seca, a gente incluiu essa Condicionante para que a gente tivesse o
395 entendimento das estruturas socioeconômicas, das estruturas domésticas e quais famílias
396 seriam de fato realocadas para que posteriormente a gente pudesse colocar uma
397 Condicionante que contemplasse essa Comunidade. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. É isso?
398 Frei Rodrigo o senhor quer fazer uso da palavra? A palavra está aberta. FREI RODRIGO
399 (AMEDI): Sim. Eu gostaria de voltar à questão do licenciamento lá de Araxá. Está claro aqui
400 no processo, mas eu gostaria de saber se isso contempla receber material de outra mina?
401 Porque essa licença é para o complexo mineral de Araxá, não fala em local nenhum que vai
402 ser transferido o material de um Município para outro. Que ela esteja licenciada ninguém está
403 questionando, eu quero saber se ela vai receber, se pode, se tem licença para isso? Porque nós
404 temos que ser tão precisos na questão dos licenciamentos, se vai ser Estadual, Federal.
405 AMILTON (SUPRAM): Eu não vejo nenhum problema, tem uma capacidade máxima para
406 operar, se ele vai pegar a matéria-prima de cá ou de lá, desde que tenham as respectivas
407 licenças, eu não vejo problema algum. FREI RODRIGO (AMEDI): Vão gerar os mesmos
408 resíduos? Vai ser tudo igual? AMILTON (SUPRAM): Os mesmos resíduos. FREI RODRIGO
409 (AMEDI): Essa licença permite que eles façam isso? Minha pergunta objetiva é essa.
410 AMILTON (SUPRAM): Como eu falei para você, eu não vejo problema algum. FREI RODRIGO (AMEDI):
411 Não é não ver problema, a questão é se pode ou não pode. AMILTON (SUPRAM): Na minha opinião pode, sem problema algum. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM):
412 Na opinião do Diretor Técnico pode, pois ele tem a licença para a capacidade instalada.
413 Então, se ele vai pegar de uma mina ou de outra, ele tem a licença para tratar esse minério.
414 Então, ele tem a capacidade para tratar, como o Amilton falou, a questão de mina de
415 Patrocínio, que Araxá está em final, ele pode receber, tanto é que Tapira manda para Uberaba.
416 FREI RODRIGO (AMEDI): Tem licença para isso, tem o minério-duto. JOSÉ ROBERTO
417 (SUPRAM): Justo. No caso aqui vai de trem. FREI RODRIGO (AMEDI): Fundão licenciada
418 recebia material de outra mina da Vale, por exemplo, deu no que deu. JOSÉ ROBERTO
419 (SUPRAM): Aqui nós temos a questão só de Patrocínio, como está no estudo. RICARDO
420 (PRESIDENTE): Obrigado, José Roberto. Nós temos algumas inscrições para falar nesse
421 processo. Mais alguma manifestação da equipe técnica da SUPRAM? Ok. Nós temos algumas
422 inscrições para falar nesse processo, primeiro inscrito aqui é o Sr. Ricardo Carneiro. A palavra
423 está aberta. **Áudio não identificado – fora do microfone.** RICARDO (PRESIDENTE): Ok.
424 A Sra. Carolina Oliveira, quer fazer uso da palavra? Também não, está dispensando. A Sra.
425 Patrícia Bento Moreira. Também dispensa o uso da palavra. Não está muito claro aqui para a
426 gente, Helga Vieira Agressia? Também não. Sr. Camilo Silva, pois não. CAMILO SILVA
427 (VALE FERTILIZANTES): Bom dia Sr. Presidente. Bom dia Senhores e Senhoras
428 Conselheiros. Meu nome é Camilo Silva, pela Vale Fertilizantes. Eu gostaria de mostrar três
429 breves complementações sobre os esclarecimentos, já muito prudentemente e tecnicamente
430 feito pela equipe da SUPRAM. Eu anotei três pontos aqui que eu acho que vale a pena fazer
431 menção. Primeiro delas é a possibilidade da constituição de uma RPPN; a Vale tem 12 mil
432 hectares de RPPN constituídas no Brasil. Então, de um certo tempo para cá, numa discussão
433 até de âmbito nacional, ela percebe que a constituição de pequenas RPPN's isoladas já deixam
434 de cumprir o papel pela qual ela se constituiu e ela tem buscado dentro de uma política,
435 incorporar áreas de RPPN's às RPPN's já existentes para dar um valor ambiental muito mais
436 robusto e esta política da empresa. Desta forma, nós não achamos pertinente a criação de uma
437 RPPN no município de Patrocínio. Em relação às estruturas da região da Lagoa Seca, nós já
438 estivemos lá, inclusive com Conselheiro presente, em reuniões públicas apresentando aos
439 moradores da região que todas as estruturas previstas e solicitadas por eles num levantamento
440 prévio, feito por uma equipe de âmbito social, serão executadas e além disso, todas as famílias
441



442 já estão mudando para lá. Já estão mudando com uma condição de; primeiro, moradia
443 absolutamente melhor do que estavam, condição de desenvolvimento das atividades
444 agrícolas e/ou de qualquer criação que faziam, cercas já estão todas providenciadas,
445 acessos, eletrificação, água. Então, o senhor como mora lá, o senhor sabe muito bem que
446 esses benefícios estão trazendo, inclusive, valorizando as propriedades da região. Em relação
447 à Araxá, embora não seja o escopo desse licenciamento, acho pertinente a gente esclarecer.
448 Primeiro, talvez respondendo uma pergunta sobre a possibilidade de transporte de minério de
449 uma cidade para outra, isso é absolutamente comum na mineração. Os ativos de mineração
450 são investimentos de grande porte e a longevidade do uso dele parte essencialmente de minas
451 próximas e depois para minas mais afastadas. Hoje, dentro da Vale Fertilizantes, nós já temos
452 duas atividades que buscam minério de outra cidade. Uma, que é a mina de potássio, em
453 Sergipe, e outra a mina de fosfato aqui de Catalão que busca minério de Ouvidor. Na área de
454 minério de ferro isso é absolutamente frequente, porque muitas vezes as divisas geopolíticas
455 são Serras e normalmente as Serras são estruturas minerais preservadas. Então, é
456 absolutamente comum você ter minério de uma cidade indo para outra, sem nenhum
457 problema. Independentemente disso, todo o nosso compromisso com Araxá é de manter o
458 monitoramento de nossos efluentes e potenciais impactos. Um processo em separado está
459 sendo feito para atender a legislação vigente em que nós vamos reforçar o compromisso da
460 utilização do minério de Patrocínio e Araxá. Apenas para complementar como curiosidade, o
461 minério de ferro, os minérios são susceptíveis a dissolução pela água, felizmente, o Brasil,
462 pelo clima, gerou geologicamente minerais oxidados e sua potencialidade de solubilização é
463 muito pequena e a possibilidade de contaminação é muito pequena, diferentemente de outros
464 minerais, sulfeto, por exemplo, ele tem uma potencial de geração ácida, isso realmente é
465 muito danoso, não é definitivamente o nosso caso. Independentemente disso, a Vale, para
466 manter o seu princípio de entendimento aos requisitos a técnicos internacionais, executa
467 ensaios laboratoriais com validação internacional e comprova a inertização de seus efluentes.
468 Então, eu acredito que com isso não teremos nenhum risco em Araxá. Independentemente
469 disso, um programa de monitoramento com as Condicionantes atribuídas ao processo de
470 Araxá, que já é executado há muito tempo e continuará sendo feito. RICARDO
471 (PRESIDENTE): Obrigado, Camilo. Tem mais alguns inscritos aqui. Antônio Geraldo, só
472 verificar se o pessoal vai fazer uso da palavra. Se inscreveram para fazer uso da palavra nesse
473 processo Marcelo Lopes, José Antônio. Pois não, Sr. José Antônio. JOSÉ ANTÔNIO: Bom
474 dia a todos e a todas. Eu sou José Antônio Ventura, sou Presidente do Quilombola Famílias
475 Teodoro de Oliveira e Ventura, de Serra do Salitre, Patos de Minas e o berço Patrocínio.
476 Somos certificados pela Palmares desde 2008. Em 2014 ficou acordado com o Procurador
477 Federal Onézio Amaral e também com a Dra Lucy, do INCRA, em Serra do Salitre que seria
478 feito um Termo de Salvaguarda de todo Patrimônio Quilombola e que a Comunidade
479 Quilombola seria convidada a participar das Audiências Públicas, de acordo com Convenção
480 169 da OIT e até ontem a Comunidade jamais foi consultada. Nossa Patrimônio está sendo
481 destruído, nossas ervas medicinais, da época das relações com escravos, que nós somos
482 quilombolas desde a época das Sesmarias, nós somos herdeiros em testamento das terras do
483 Quilombo do Ambrózio, deixadas pelo Fazendeiro José da Silva Botelho, registrada no
484 Cartório de Patrocínio. A sociedade parece que não nos vê, mas nós estamos ai a mais de 02
485 Séculos, brigando, nós somos resistentes. E tanto na parte da nossa tradicional do
486 Moçambique, do Congado, da nossa religião da Matriz Africana e da nossa luta pela
487 salvaguarda de nossos documentos históricos, de acordo com a Norma da Constituição, do
488 Artigo 216 e essas Normas não estão sendo respeitadas. Inclusive, até o Sítio Arqueológico de
489 Serra do Salitre está sendo destruído, já tombado pelo IPHAN. Nós passamos por um acordo
490 com o INCRA, que seria feito a titulação das terras onde o primeiro laudo foi feito pela



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

491 própria Fosfértil, esse laudo está para ser publicado desde 2012. A Comunidade parou, está
492 sendo pressionada, os jovens quilombolas a deixar de serem quilombolas para almejar o
493 emprego e a gente gostaria que tivesse uma atenção maior do órgão ambiental, que essas
494 recomendações do Ministério Público fossem observadas. Esse livro aqui tem todas as
495 recomendações do Ministério Público, tem todo laudo da 6ª Câmara, tem todo parecer do
496 IPHAN, porque o IPHAN fez o primeiro laudo e depois contratou outra empresa para
497 terminar o laudo; essa outra empresa veio tentando desfazer toda historicidade de nossas
498 famílias. Nós entramos com a contra prova e até ontem o IPHAN não nos respondeu. A gente
499 acredita que na parte ambiental nós tivemos árvores cortadas de 200 anos dentro do nosso
500 sítio arqueológico. E as outras estão botando gasolina e queimando a outra árvore à noite. Nós
501 denunciamos, está tudo registrado aqui, a gente sabe onde a Mata do Cedro, a Mata da
502 Bananeira, nós temos posse lá da época da Sesmaria, com testamento, com documentos e até
503 hoje parece que não nos viram. Quando perguntam, vocês estão lá? Nós temos a nossa base, a
504 gente foi afastado, por quê? Chegaram com escritura, chegam com trator e máquinas, passam
505 a rodovia, soltam dinamite, quem vai ficar lá? Se a gente ficasse lá não estaria contando a
506 história. Mas nós temos todos os Pareceres do Ministério Público e gostaria que tivesse uma
507 atenção bem concentrada na parte ambiental, patrimonial e cultural da preservação das nossas
508 comunidades, que vai desde aqui Monte Carmelo até Patos de Minas. Aqui, antes os núcleos
509 ficavam no meio das matas, ai nos tiraram as Matas para plantar soja, ai nós ficamos
510 desprotegidos; contaminaram nossos rios, nós não temos mais pesca, não temos mais riachos,
511 não temos mais córregos, não temos mais plantações, porque nos tiraram, só ficamos com os
512 documentos e a nossa cultura do Moçambique, da Matriz Africana e a nossa história gravada
513 no livro da história como remanescentes, donos do território que foi do lendário Quilombo do
514 Ambrózio, de Minas Gerais. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Sr. José
515 Antônio. Tem mais uma inscrição aqui, igualmente, eu não consigo entender bem a letra.
516 Mais alguém para falar nesse processo? Não. Obrigado. Eu vou abrir então a palavra ao
517 Antônio. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Bom, o Camilo falou a questão das RPPN's, mas
518 Camilo, é de suma importância para o Município de Patrocínio que a gente tenha isso. O
519 impacto é Patrocínio e a gente gostaria que isso ficasse lá. Então, é um pedido que a gente,
520 como representante de uma ONG, que criasse essa. É 700 hectares ou 800 hectares, mas isso é
521 um patrimônio do Município, então, a gente gostaria que isso ficasse lá. Com relação a Santo
522 Antônio da Lago Seca, eu até me lembrei aqui agora, a questão de assistência técnica.
523 Algumas famílias que foram para lá, Camilo, não estão tendo assistência técnica adequada.
524 Estão plantando lá sem assistência, colocaram gado lá sem assistência. Eu acho que deveria
525 olhar essa questão lá, primeiro, a questão de regularização de água, eu estou vendo lá o
526 vizinho meu plantando limão, provavelmente ele vai ter que irrigar e isso ele vai ficar
527 irregular. Se ele for fazer isso ele vai estar irregular. Eu perguntei para ele, está
528 acompanhando tecnicamente o seu plantio ai? Não. Estou plantando da minha cabeça. Então,
529 vai ter que ter um olhar muito especial com relação a isso. A própria Kenya, que a SUPRAM
530 acatou todas as recomendações dela aqui, ela fala que corre o risco de empobrecimento.
531 Então, isso tem que agir antes do pessoal estar assumindo, que é a questão de regularização
532 deles lá. Isso fica muito solto. Com relação a infraestrutura da Comunidade, concordo com
533 você Camilo, a gente conversou numa reunião antes de ser Pública, mas segundo o Presidente
534 do Conselho, ele até queria vir, mas não teve jeito dele vir, ele falou, quero que construa junto
535 à Comunidade, não é trazer pronto e falar nós vamos fazer isso aqui. Isso ele foi bem claro
536 para mim ontem. Ele falou, quero quer seja construído participativamente, não é chegar e falar
537 que está pronto, que a Vale fez dessa forma e eles vão ter que se sujeitar a isso. Então, isso foi
538 um pedido que ele fez, que isso seja discutido nas reuniões do Conselho Comunitário e
539 também do Conselho da Pastoral, isso tem que ser discutido lá na própria Comunidade. Eu

ATA DA 127ª RO COPAM

UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

27/04/2016



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

tenho visto, Camilo, que inclusive estão fazendo as casas mesmo, estão ficando boas, a gente entende isso, é um ganho, mas essas questões que eu estou colocando que não sejam de cima para baixo, que isso fique bem claro para eles. Tudo que é bem combinado não é caro. Então, evita às vezes de reclamações depois. E lembrei aqui agora também, alguns produtores me reclamando a questão de Reserva Legal das propriedades, que vão arrancar café para refazer as Reservas Legais, agora, no meu entendimento, como tem área florestada lá naquela área que vai ser assentada, apesar de ter escrituras eu acredito que o CAR pode unificar isso, porque não essas áreas que já estão reflorestadas serem a Reserva Legal desse pessoal? Uns 03 ou 04 me reclamaram isso, disseram eu tenho até Reserva em outro lugar, eu posso colocar, agora vai arrancar o café. Eu vejo um problema, porque é do lado da estrada de ferro e todo ano a gente vê o fogo queimar tudo lá. Então, vai arrancar café, fazer a Reserva Legal do lado da estrada de ferro, quantas vezes eles tentaram fazer isso lá e não conseguiram e lá tem área em Mata ainda, em Cerrado, que ainda não mexeu, está lá. Eu acho, viu Camilo, que deveria dar uma olhada nisso também para essa questão dessas famílias.

RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Antônio. Eu vou abrir a palavra ao Camilo, da Vale, apenas para fazer um esclarecimento breve com relação a isso, para que a gente possa passar à votação efetiva do item.

CAMILO SILVA (VALE FERTILZANTES): Serei breve, obrigado Sr. Presidente. Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras, obrigado pelos comentários do Sr. Antônio Geraldo, sempre na busca de uma solução, de uma construção em parceria com a empresa. Para os Conselheiros e Conselheiras que não conhecem, o programa de realocação da Mata da Bananeira inclui aproximadamente 46 famílias, é um programa único no Brasil, sem similar, em que nós oferecemos ao realocado uma propriedade duas vezes maior que a que ele tinha antes, uma área que ele escolheu, que ele definiu, com a infraestrutura reconstruída, da forma que ele tinha anterior. Se ele tinha uma casa com 03 cômodos, uma casa nova com 03 cômodos será construída; se ele tinha uma pocilga, uma pocilga nova é construída. Tudo isso entregue, regularizado, absolutamente dentro da Lei vigente Nacional. E além dessa entrega, que previamente passou por uma discussão ampla, nós também vamos fazer um acompanhamento durante anos para ter a garantia que essa pessoa mantenha a sua condição anteriormente. Alguns problemas estão realmente acontecendo, talvez, uma pressão que a empresa tem feito, inclusive na SUPRAM, aqui neste caso, e estamos conseguindo, ontem conseguimos mais ainda, foi as outorgas dos poços para os moradores, que a gente não tinha essas outorgas na mão. Então, às vezes a pressão que empresa faz é para atendimento a um problema social desse tipo, já estamos com elas sendo regularizadas. É importante também dizer aos Senhores Conselheiros e Conselheiras que nós temos um inquérito civil público movido pelo Ministério Público, que faz o acompanhamento detalhado desse processo o tempo inteiro, nós temos todo o acompanhamento e prestamos conta de toda sua condução adequada e de acordo com as expectativas das pessoas que estão sendo realocadas. Eu queria brevemente também fazer um breve comentário sobre a manifestação do Sr. José Antônio. Queria esclarecer aos Senhores Conselheiros e Conselheiras que a Vale, ainda na época da Fosfértil, como uma Condicionante do Processo, em 2009 atendeu a determinação de constituição de um relatório técnico de identificação e delimitação da área quilombola. Esse trabalho foi feito, definido, a região foi estabelecida como a mais de 12 km da atual área que nós estamos. Uma Portaria Ministerial estabelece que impactos até 08 km devem ser considerados. Nós não temos nenhuma interferência, nenhuma das citações feitas pelo Sr. José Antônio aqui tem responsabilidade da Vale, lá na região. Então, só um breve esclarecimento para atender a demanda. Muito obrigado senhores.

RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Camilo. Vamos passar. Sr. José Antônio, eu vou abrir a palavra ao senhor por um minuto, prazo regimental para que a gente não se delongue mais nessa discussão.

JOSÉ ANTÔNIO: Inclusive, eu falei que.

RICARDO (PRESIDENTE): O senhor



589 poderia se identificar, por favor. JOSÉ ANTÔNIO (PRESIDENTE DO QUILOMBO DE
590 PATOS DE MINAS, SERRA DO SALITRE E PATROCÍNIO): Em 2009 realmente teve esse
591 laudo antropológico, que foi feito pela Fosfértil, só que em 2012 a Palmares retificou a área e
592 o Ministério Público, através da 6ª Câmara, fez as recomendações para que fosse feito um
593 estudo e também a preservação e salvaguarda de todo patrimônio, inclusive a inclusão da
594 Mata do Cedro, da documentação dos Quilombolas que o INCRA tinha deixado de fora. Essa
595 documentação está toda protocolada no Ministério Público, a gente está pedindo a
596 salvaguarda e também estava tentando mover uma ação civil pública para o descaso da
597 comunidade nunca ter sido chamada para uma Audiência Pública para defender a sua
598 historicidade, a sua cultura e o seu Patrimônio, que foi esbulhado pelos posseiros e
599 fazendeiros da época. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Sr. José Antônio. Pelo jeito o
600 senhor já está tomando as providências cabíveis. Pois não, Sr. Antônio. ANTÔNIO
601 GERALDO (ANGÁ): Eu esqueci de dizer o seguinte, que a gente mandou um laudo técnico
602 para o Sr. Robson Rodrigues, a gente gostaria que ele fizesse parte do processo, da questão
603 arqueológica que foi emitida pelo Arqueólogo aqui da UFU e a gente gostaria que fizesse
604 parte do processo. RICARDO (PRESIDENTE): Sim, estou sendo informado aqui pela parte
605 técnica jurídica da SUPRAM Triângulo que o documento vai ser incluído no Parecer. Bom,
606 vamos passar então para a votação do item 5.1. Eu vou fazer inicialmente a votação do
607 Parecer da SUPRAM e depois colocar em votação para os Conselheiros a Condicionante
608 sugerida pelo representante da CEFET Araxá. Então, aos que concordam com o Parecer da
609 SUPRAM permaneçam como estão, se manifeste ou se abstenham. Item aprovado. Item 5.1
610 aprovado de acordo com o Parecer da SUPRAM Triângulo. Em relação à Condicionante
611 sugerida pelo representante da CEFET, eu recebi uma redação aqui e vou fazer a leitura, na
612 sequência a gente vota a inclusão ou não da Condicionante sugerida: “*Garantir que o efluente*
613 *descartado pela Vale – Araxá tenha qualidade equivalente ao background da água da mina*
614 *de Araxá. O prazo seria na formalização da Licença de Operação (LO)*”. E a frequência,
615 provavelmente a frequência de análise, não é Conselheiro, seria semanal. Está bem claro para
616 os Senhores Conselheiros a redação da Condicionante? Então, eu vou colocar em votação. Os
617 que concordam com a inclusão da Condicionante, por favor, se manifestar, os que concordam
618 com a inclusão da Condicionante. Áudio não identificado – fora do microfone. RICARDO
619 (PRESIDENTE): Tudo bem, vamos alterar a ordem da votação. Os que concordam com a
620 inclusão da Condicionante permaneçam como estão. Bom, aprovada então a inclusão, sem a
621 manifestação de ninguém a contrário. Aprovada a inclusão da Condicionante sugerida pelo
622 Conselheiro da CEFET – Araxá. Vamos passar ao item 6. **Processo Administrativo para**
623 **exame da Licença Prévias.** Como eu havia dito aos senhores a gente vai fazer uma inversão
624 na pauta por questões técnicas e vamos colocar em votação inicialmente o item 7.2 – Usina
625 Cerradão Ltda. Nesse item nós temos um destaque do Dr. Alam, é Ministério Público?
626 ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Eu queria só pedir o esclarecimento, pode ser
627 inicialmente da SUPRAM. Eu já conversei com eles, informalmente antes da reunião,
628 conversei com o empreendedor também, mas acho que a questão poderia ser esplanada aqui
629 pela SUPRAM, para que todos os Conselheiros tenham maiores informações a cerca do
630 assunto que é problema. Fui Promotor de Justiça lá em Frutal durante mais de 08 anos e
631 acompanhei o problema muito grave lá com relação à infestação da mosca dos estábulos, que
632 está no Parecer, mas talvez para alguns Conselheiros isso tenha passado um pouco mais
633 batido. Sei do impacto que isso vinha gerando lá na Comunidade, principalmente para os
634 pequenos produtores de gado leiteiro, como a queda significativa na produção por causa dessa
635 infestação, que vinha crescendo por conta da colheita mecanizada da cana na área. O próprio
636 Parecer menciona que era uma medida que já vinha sendo feita quando eu estava lá em Frutal,
637 que é a queima profilática da palha da cana para poder controlar esse surto. O que no entanto



638 não é uma medida ambientalmente com impacto positivo, uma vez que vinha sendo superada,
639 justamente para evitar o seu impacto, agora, a gente queima para poder evitar o surto da
640 mosca. Parece que isso tem sido feita análises pela EMBRAPA, pelo IMA, pelo menos seria
641 uma solução definitiva e satisfatória do problema. Eu queria, só por gentileza, que o Rodrigo
642 da SUPRAM prestasse umas informações para os Conselheiros a respeito do levantamento
643 feito no local e dos esforços que estão sendo feitos pelo empreendedor, se o empreendedor
644 está fazendo tudo que deveria ser feito, como que está este controle, Rodrigo? RODRIGO
645 (SUPRAM): Bom dia a todos. Dr. Alam, igual conversamos antes da reunião, mas fazer o
646 esclarecimento a todos. Algumas reuniões atrás houve uma manifestação em outro processo
647 aqui, da mesma tipologia, de um assentado fazendo uma reclamação justamente a respeito das
648 moscas dos estábulos, na região de Campo Florido. A gente já tinha ciência dessa situação em
649 algumas localidades, mas a partir dessa manifestação a gente começou a ter um olhar mais
650 adequado a essa questão. Aproveitando, nesse empreendimento da Usina Cerradão, em Frutal,
651 ele já tem essa incidência já há algum tempo, desde a época que o Dr. Alam era Promotor da
652 Comarca lá. A gente já iniciou alguns trabalhos com essa questão, referente a este assunto,
653 tanto é que a empresa já tinha no seu licenciamento a questão do monitoramento contínuo nas
654 áreas de entorno na questão da Mosca dos Estábulos, a incidência e já vinha tomando uns
655 procedimentos de orientação, de esclarecimento, de procedimentos técnicos, questões de
656 aplicação das lâminas de vinhaça, enfim, de todo procedimento técnico do cultivo da cana, ela
657 já vem tomando esses cuidados. Porém, não está tendo uma eficiência esperada. Isso também
658 é até atestado nos próprios estudos feitos pela EMBRAPA, principalmente a EMBRAPA do
659 gado de corte de Mato Grosso, que é a que tem estudado mais essa questão. A gente foi
660 pesquisar e tem cerca de 07 ou 08 artigos publicados pela EMBRAPA, inclusive tem um
661 Comunicado Técnico de 2013 onde ela mesa recomenda, após toda aplicação dos
662 procedimentos técnicos, onde não há efeitos satisfatório, ser autorizada a queima profilática,
663 porque, infelizmente, não há uma alternativa viável em casos extremos de surto que não seja a
664 queima. Infelizmente não há e isso foi justamente pelos históricos dos estudos apresentados
665 que já tem referências de estudos dessa questão desde 1970, na região de São Paulo, mas,
666 como era feito a colheita da cana com queima, nunca se verificou questões de surtos. Isso
667 justamente se verificou após a eliminação da queima, porque o melhor procedimento de
668 eliminação de pragas é a queima. Então, após a eliminação da queima surgiram varias
669 questões técnicas para a atividade sanar, com relação a pragas, enfim, a mosca é uma delas. A
670 mosca sempre existiu, a mosca não é um animal criado pela atividade de cultivo de cana, ela
671 sempre existiu na pecuária. O que está ocorrendo agora são questões de surtos, que são
672 potencializados pela atividade de cana-de-açúcar. Então, não adianta também o
673 empreendimento sucroalcooleiro fazer a sua parte e o seu entorno também não participar
674 dessas questões. Tanto é que no processo de revalidação a gente condicionou a Usina a
675 apresentar uma proposta para ser incluída no PEA, incluindo todos os atores da cadeia
676 pecuária, dos órgãos relacionados, para eles trabalharem em conjunto, para eles chegarem a
677 uma alternativa em conjunto. Não adianta só a Usina ir lá, prestar assistência e fazer o
678 acompanhamento, igual eles já fazem. Eles têm uma empresa contratada que faz esse
679 acompanhamento, presta todas as orientações, faz as identificações, faz as aplicações quando
680 necessário, mas, enfim, na vistoria a equipe da SUPRAM fez um extenso trabalho
681 percorrendo a área de influência da Usina. Nós fomos em áreas onde foram identificados os
682 surtos, conversamos com os proprietários das Fazendas e eles mesmo nos atestaram, olha a
683 Usina presta o auxílio, faz o acompanhamento, vem aqui; quando tem surto manda o pessoal
684 fazer a aplicação, mas tem momento que não é satisfatório. Existem momentos em que não há
685 outra alternativa sem ser a queima. O que ocorria anteriormente? Se verificava o surto
686 primeiro, o pessoal ia lá na Promotoria, questionava o IMA, e o IMA emitia o Laudo para o



687 IEF autorizar a queima e isso o surto já ocorrendo. O que nós fizemos a partir desse processo?
688 O que ai é uma tentativa da gente, até surgir alguma coisa mais eficaz, de tentar resguardar a
689 atividade pecuária que está neste entorno. A gente está fazendo a Autorização Prévia da
690 queima profilática. A Usina fez um levantamento das áreas críticas, próximas às atividades,
691 nos apresentou e nós estamos autorizando previamente para evitar a questão do surto. Porque
692 uma vez estabelecido o surto o prejuízo na atividade pode chegar até 50%, pelos estudos que
693 são apontados. Então, a gente está fazendo isso numa tentativa para ver se a gente consegue
694 ter um controle maior e a Usina vai continuar com os procedimentos estabelecidos, ela não
695 está substituindo os procedimentos pela queima não. A gente está alinhando as duas coisas,
696 infelizmente hoje é uma alternativa que vai ter que ser aplicada nas localidades onde está
697 ocorrendo esses surtos mesmos, infelizmente. **Áudio não identificado - fora do microfone.**
698 RODRIGO (SUPRAM): Isso. E outra característica também, que até o Diretor está me
699 lembrando aqui, a Usina Cerradão faz o recolhimento de palha em campo, está fazendo
700 enfardamento, ou seja, ela está realizando vários procedimentos técnicos que são
701 recomendados e mesmo assim ainda há casos de surto. Então, a SUPRAM, nesse caso, após
702 toda verificação ela está sugerindo e está autorizando a queima profilática da cana, conforme
703 procedimento da EMBRAPA. E no próximo ano nós vamos estar verificando qual foi o efeito
704 disso, como que está sendo trabalhado para a gente ver quais os próximos passos a serem
705 tomados. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Rodrigo, só para deixar claro. Por enquanto
706 não foi constatada nenhuma falha no cumprimento do programa da empresa com relação ao
707 excesso de fertirrigação, fora dos limites estabelecidos? RODRIGO (SUPRAM): Não. As
708 lâminas estão adequadas, de acordo com PAV, infelizmente são características mesmo da
709 região. É temperatura e umidade. Então, pelos estudos que existem, a região é propícia ao
710 desenvolvimento da mosca, por causa de temperatura e umidade constante. ALAM
711 (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Satisfeito com os esclarecimentos, era mais para levantar a
712 discussão. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, Alam Rodrigo. Pois não. RUI RAMOS
713 (FIEMG): Eu queria salientar também, Dr. Alam, que a gente tem acompanhado, eu estou lá
714 na região próxima a Frutal, quando tem uma condição quanto mais pecuária existe próximo da
715 unidade o problema se agrava. Então, esse é um problema que está surgindo no setor da cana-
716 de-açúcar no Brasil todo, em vários Estados. A Cerradão sempre sofreu um pouquinho mais e
717 isso há algum tempo em função de ter uma área grande, o que não ocorre na maioria das
718 outras Usinas, aonde a pecuária diminui, foi para o confinamento. O SIAMIG (Sindicato das
719 Usinas de Minas) está preocupado com isso, juntamente também com outros Estados,
720 contratou EMBRAPA. Ontem, inclusive, eu estive na Assembleia Legislativa, participando lá
721 da Audiência Pública da Comissão do Meio Ambiente, e o Bertholdino, que foi o Diretor do
722 Estado do IEF, ele está hoje no setor novamente e ele estava indo para uma reunião na
723 EMBRAPA hoje, justamente para dar andamento no contrato, nessa assessoria que a
724 EMBRAPA está dando para o setor aqui em Minas Gerais. Então, eu acredito e tenho certeza
725 que a Usina Cerradão tem procurado fazer tudo que é possível, mas, infelizmente, como o
726 senhor falou, houve um ganho ambiental na não queima da cana e surgiram outros problemas
727 que precisam ser resolvidos, precisamos encontrar a solução o mais rápido possível.
728 RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Rui. Nós temos uma inscrição para falar nesse
729 processo. Sr. Bruce Amir. Ok. Não quer fazer uso da palavra. Ele estava inscrito para o item
730 6.1 também. Então, já fica dispensado. Vamos colocar em votação o item 7.2, na sequência a
731 gente volta ao item 6.1. Os que concordam com o Parecer emitido pela SUPRAM Triângulo
732 permaneçam como estão, se manifestem ou se abstêm. Item aprovado. Voltamos então ao
733 item 6.1, também tem um destaque do Promotor de Justiça, Alam. Seria essa mesma questão
734 da mosca de estábulos. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Satisfeito Presidente. Era só
735 por conta da inversão da ordem. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Muito obrigado. Vamos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

736 colocar em votação o item 6.1. Os que concordam com o Parecer emitido pela SUPRAM
737 permaneçam como estão. Item aprovado. Passamos então ao item 7.1 - Usina de Laticínios
738 Jussara S.A. Nesse item nós temos um destaque também do Promotor de Justiça Dr. Alam e
739 da Glauçimar, do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): A minha questão é com relação às
740 Condicionantes que foram colocadas para a empresa, eu acredito que ficou faltando a questão
741 de 02 Condicionantes. A questão da análise de montante do efluente tratado, montante e
742 jusante do ponto de lançamento no curso d'água e apresentar o Certificado de Consumidor de
743 Lenha expedido pelo IEF, anualmente. Essas duas questões, a meu entender, faltaram nas
744 Condicionantes. JULIANA (SUPRAM): Concordo com a sugestão, vou ler como que fica o
745 texto alterado em relação ao Anexo I, que são as Condicionantes. Eu gostaria de incluir a
746 Condicionante nº 03: *"Apresentar o Certificado de Consumidor de Lenha, emitido pelo IEF.*
747 *Prazo: Anualmente"*. E em relação ao Anexo II, do Programa de Monitoramento, no item 4,
748 referente aos efluentes líquidos, na página 17, eu gostaria de adicionar um item também, nos
749 efluentes líquidos, local de amostragem: *"A montante e a jusante no ponto de lançamento no*
750 *corpo do receptor. Parâmetros Ph DBO e DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis,*
751 *sólidos totais e solvidos, óleos e graxas e sulfetos. Frequência: Trimestral"*. GLAUCIMAR
752 (CODEMA): Satisfeita. Obrigada. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Dr. Alam.
753 ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Bom, manifestação de praxe, empreendimento Classe
754 5, de acordo já com entendimento do Ministério Público, sugestão de inclusão de
755 Condicionante de compensação do SNUC, uma vez que o impacto ambiental é presumido
756 pelo próprio Estado de acordo com a classificação e segundo entendimento doutrinário
757 jurisprudencial, a realização do EIA/RIMA não é imprescindível para a compensação.
758 Sugestão de inclusão da compensação com a redação padrão. RICARDO (PRESIDENTE):
759 OK. Obrigado. Vamos colocar em votação, inicialmente o Parecer da SUPRAM com as
760 adequações realizadas pela técnica e na sequência a gente coloca em votação a inclusão da
761 Condicionante sugerida pelo Dr. Alam. Os que concordam com o Parecer emitido pela
762 SUPRAM, para o item 7.1 Usina de Laticínios Jussara S.A., com as adequações já feitas,
763 permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos colocar em votação então a inclusão do
764 SNUC, cuja redação é: *Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF*
765 (*Instituto Estadual de Florestas*), *no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do*
766 *recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos*
767 *estipulados pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de*
768 *2012 (dois mil e doze)"*. Os que concordam com a inclusão da Condicionante do SNUC
769 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Pois não, Rui. RUI RAMOS (FIEMG):
770 Pelo posicionamento da orientação da FIEMG, voto contra, pela não existência do
771 EIA/RIMA. RICARDO (PRESIDENTE): Registrando o voto contra da FIEMG.
772 GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Também, mantendo coerência com
773 o posicionamento anterior, voto contra a Condicionante da compensação. RICARDO
774 (PRESIDENTE): Pois não, mais alguma manifestação? Com isso está aprovada a inclusão da
775 Condicionante do SNUC para o item 7.1. Vamos então ao item 7.3 - Distribuidora de
776 Combustíveis Masut Ltda., nesse item tem destaque também Dr. Alam. ALAM
777 (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Mesma manifestação, inclusão da Condicionante, uma vez
778 que é empreendimento Classe 5. Desculpa, Condicionante da compensação da Lei do SNUC.
779 RICARDO (PRESIDENTE): Faremos da mesma forma, vamos votar inicialmente o Parecer
780 da SUPRAM. Aos que concordam com o Parecer emitido permaneçam como estão. Item
781 aprovado. A gente coloca em votação agora, eu acho que dispensa a leitura novamente da
782 redação da Condicionante do SNUC. A inclusão da Condicionante do SNUC, sugerido pelo
783 Conselheiro Promotor de Justiça, Dr. Alam. Aos que concordam com a inclusão permaneçam
784 como estão, aos que discordam, por favor, manifestar. GUILHERME

ATA DA 127^a RO COPAM

UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

27/04/2016



785 (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Mais uma vez tendo o mesmo posicionamento,
786 contra a Condicionante. RUI RAMOS (FIEMG): Contra, pela não existência do EIA/RIMA.
787 RICARDO (PRESIDENTE): Ok, obrigado. Registrada as discordâncias dos Conselheiros. A
788 inclusão da Condicionante da Lei do SNUC foi deferida para o item 7.3. Passamos então ao
789 item 7.4 - Icatril - Indústria de Café do Triângulo Ltda, nesse item nós temos inicialmente um
790 destaque da SUPRAM. CARLOS (SUPRAM): É apenas um complemento. Na página 06, no
791 item 7.1 Cumprimento das Condicionantes da Licença de Operação, é só acrescentar: “a
792 referida licença foi recebida pelo empreendedor em 05 de outubro de 2010”, apenas um
793 complemento. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Carlos. Feita a correção pela
794 SUPRAM. Tem um destaque também nesse item do Alam. Pois não. ALAM (PROMOTOR
795 DE JUSTIÇA): Sugestão da inclusão da Lei do SNUC, uma vez que se trata de
796 empreendimento Classe 5. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos fazer da mesma forma dos
797 itens anteriores, colocamos em votação o Parecer emitido pela SUPRAM. Os Conselheiros
798 que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Na
799 sequência colocamos a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, sugerida pelo Dr. Alam,
800 Promotor de Justiça. Os que concordam com a inclusão, por favor, permaneçam como estão,
801 os que não concordam, por favor, manifestar. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO
802 ECONÔMICO): Mais uma vez, contra a inclusão da Lei do SNUC. RUI RAMOS (FIEMG):
803 Contra a inclusão da Lei do SNUC. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Com as manifestações
804 contrárias feitas pelos Conselheiros, mais uma vez a inclusão da Condicionante da Lei do
805 SNUC foi deferido para o item 7.4. Passamos então ao item 8.1 Vale Fertilizantes S.A., nosso
806 último processo da Pauta. Nesse item nós temos destaque do Antônio Geraldo. Frei Rodrigo
807 vai fazer primeiro uso da palavra? O destaque do senhor também está aqui. FREI RODRIGO
808 (AMEDI): Pedido de vista. Na reunião de 19 de fevereiro de 2016 a gente já tinha feito um
809 questionamento sobre essas obras de engenharia que estão sendo feitas lá na Barragem. Então,
810 nós estamos com pedido de vista. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque do Antônio
811 Geraldo. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Pedido de vista juntamente com o Frei, pelos
812 mesmos motivos. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, o pedido de vista está devidamente
813 justificado. Tem um pedido de destaque também, do CEFET. FELIPE RUSSO (CEFET):
814 Apesar do pedido de vista, a colocação minha é puramente técnica e eu acho que é o tipo de
815 coisa que a gente jamais deveria negar é esse tipo de correção está sendo pedido pela Vale,
816 porque, eu falo isso por quem é especialista em Barragem, fiz Doutorado em Barragem,
817 operou Barragem por 06 anos, com a sapciência e o conhecimento técnico necessário para
818 poder falar isso. Eu acho que postergar isso tipo de coisa coloca em risco a segurança
819 operacional do sistema e a gente viu o que aconteceu com a Samarco. Acho que é um pecado
820 fazer isso que está acontecendo aqui, porque a gente jamais pode colocar a segurança de um
821 empreendimento desse tamanho, de uma Barragem desse tamanho em risco, por um processo
822 que eu conheço. A questão é muito simples, mas as consequências são muito graves. Do
823 ponto de vista operacional a manutenção do sistema de captação onde está não garante a
824 segurança operacional da Barragem. Então, eu acho que é colocar em risco a gestão de
825 segurança da Barragem. Como Conselheiro, eu jamais poderia ir contra uma coisa dessa. Já
826 que pediu vista não tem muito o que fazer, mas o meu posicionamento é extremamente
827 favorável e que isso ocorra o mais rápido possível. THIAGO (FIEMG): Sr. Presidente,
828 também gostaria de pedir vista conjunta em razão das informações já esplanadas pelo nosso
829 colega. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Então o processo vai ser baixado em diligência,
830 com pedido de vista feito pelo Frei Rodrigo, pelo Antônio Geraldo e Thiago da FIEMG, vista
831 conjunta. Registrada aqui a manifestação do Conselheiro da CEFET em relação ao processo.
832 **10. Encerramento:** Com isso a gente encerra a reunião de hoje. Agradecer a todos e um bom
833 dia. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

834 assinada pelo Presidente. Uberlândia, 27 de abril de 2016.

835

836

837

838

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO (presidente suplente)